



Número: **0811259-78.2020.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **19/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA (AUTOR)		ENÉAS FLÁVIO SOARES DE MORAIS SEGUNDO (ADVOGADO)	
		GIULLYANA FLÁVIA DE AMORIM (ADVOGADO)	
BRADESCO SEGUROS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
28443 546	19/02/2020 15:16	Petição Inicial	Petição Inicial
28443 899	19/02/2020 15:16	(N) HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA - DPVAT	Informações Prestadas
28443 905	19/02/2020 15:16	Procuração e Doc Pessoal	Procuração
28443 907	19/02/2020 15:16	BO e Laudo Médico	Documento de Comprovação
28443 911	19/02/2020 15:16	RESPOSTA SEGURADORA - HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA	Informações Prestadas
28476 132	20/02/2020 14:38	Despacho	Despacho
28681 061	02/03/2020 15:02	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
28681 477	02/03/2020 15:11	Expediente	Expediente

Segue



MORAIS & AMORIM

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA
CÍVEL DE JOÃO PESSOA/PB.

HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA, brasileiro, solteiro, vigilante, portador da Cédula de Identidade n.º 3.764.261 SSP-PB, e do CPF n.º 093.648.314-89, podendo receber intimações na Rua Dep. Clodomiro Leite, n.º 982, Jardim Europa, Santa Rita/PB, por meio de seus procuradores e advogados adiante assinados, legalmente constituídos nos termos do incluso instrumento de mandato, que podem receber intimações na Rua Praça Venâncio Neiva 21, Centro, Santa Rita/PB, vem, respeitosamente perante V. Ex.^a propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO
(DPVAT) - COMPLEMENTAR**

EM VIRTUDE DE INVALIDEZ/DEBILIDADE PERMANENTE

em face da **BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.055.146/000 1-93, podendo ser citada no Parque Sólon de Lucena, 641, Centro, João Pessoa/PB o que faz de acordo com os fundamentos fáticos e jurídicos que passa a expor:



MORAIS & AMORIM

DA JUSTIÇA GRATUITA:

Inicialmente, requer o promovente sejam-lhe concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos exatos termos do art. 4º da Lei 1.060/1950, e 5º, LXXIV, da Constituição Federal, por não ter condições de pagar as custas do processo e os honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família.

É cediço que a simples afirmação, nos moldes dos dispositivos retro citados, bem como reconhecidos na jurisprudência pátria dominante, é suficiente para o deferimento do pedido, conforme se pode observar na decisão do Tribunal de Justiça da Paraíba, a seguir, litteris:

“Assistência judiciária – Afirmação de pobreza em requerimento da parte – Dispensa de outras provas.

Não é necessário, para a concessão do benefício da assistência judiciária, que a parte prove sua condição de necessitado. Basta, a simples afirmação de sua pobreza, até sua prova em contrário.

Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária, a recorrer aos benefícios da Defensoria Pública.” (TJ/PB – 2ª Câmara Cível – Apelação Cível nº 1996.004267-6. Rel. Des. Antônio Elias de Queiroga – Data do julgamento: 24/03/1997 – Publ. DJ: 03/04/1997).

Assim, pugna o promovente pela concessão dos benefícios da gratuidade judiciária, de modo a ser dispensado, na hipótese de recurso, do pagamento das custas e demais despesas processuais, além de honorários advocatícios da sucumbência, na improvável hipótese de ver vencido na lide.

PRELIMINARMENTE:

DA COMPETÊNCIA



MORAIS & AMORIM

Conforme prevê o artigo 53, III, “b”, da Lei nº 13.105/15, que institui o Novo Código de Processo, é competente o foro do lugar onde está a sede para as ações em que for a ré pessoa jurídica, *in verbis*:

“Art. 53. É competente o foro:

(...)

III – do lugar:

b) onde se acha agência ou sucursal, quanto às obrigações que a pessoa jurídica contraiu:

Portanto, é competente uma das Varas Cíveis da Capital, tendo em vista que a empresa ré mantém estabelecimento nesta Capital/PB, conforme endereço acima indicado.

I- BREVE RESUMO DOS FATOS:

Em 31/08/2018, o promovente foi vítima de acidente de trânsito quando conduzia uma motocicleta (PLACA MOB 9821/PB) ao trafegar pela Av. Conde, na Cidade de Santa Rita e, caiu ao solo após perder o controle da moto ao tentar desviar de um buraco, consoante certificado no Boletim de Ocorrência. Após o acidente o autor foi socorrido e encaminhado para o COMPLEXO HOSPITALAR DE MANGABEIRA.

Pelo fato descrito acima, o autor sofreu escoriações que o deixaram com sequelas irreversíveis devido às lesões sofridas, sendo submetido a procedimento cirúrgico, **conforme consta dos laudos médicos em anexo, o que o torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT).**



MORAIS & AMORIM

Porém, mesmo depois de todo esforço para se reabilitar, com cirurgias e fortes medicamentos, o autor teve comprovada **LESÃO NA MÃO (FRATURA EXPOSTA DE 5º QUIRODÁCTILO DA MÃO ESQUERDA)**, GERANDO INCAPACIDADE PARA ATIVIDADES HABITUAIS E DEFORMIDADE PERMANENTE PELA GRAVIDADE DO TRAUMATISMO SOFRIDO.

Com esta sequela, o autor não consegue realizar suas atividades cotidianas, sentindo ainda fortes dores no local da lesão em face das restrições nos movimentos.

Devido a sequela decorrente do acidente de trânsito, o promovente requereu junto a Seguradora Líder o recebimento da Indenização devida (SINISTRO 3190207743), no entanto, para sua surpresa, apesar da gravidade das lesões e suas evidentes sequelas, este teve seu pedido NEGADO.

Desta feita, sem alternativa, já que não houve valor recebido pela seguradora Líder, vem pleitear da empresa promovida o PAGAMENTO da indenização do seguro por invalidez permanente, uma vez que esta empresa integra a FENASEG (Federação Nacional dos Seguros Privados e de Capitalização).

II – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

- Da Legitimidade Passiva -



MORAIS & AMORIM

O art. 7º, da Lei 6.194/74, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo de demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** se constitui em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, a promovida.

Neste tom, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso).

Quanto à legitimidade passiva, nenhuma dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da Fenaseg é parte legítima para pagamento do seguro obrigatório.

- Da Documentação Necessária para o Recebimento da Indenização -

Anota o art. 5º, da Lei nº 6.194/74, que o pagamento da indenização será efetuado



MORAIS & AMORIM

mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, senão vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

- Do *Quantum* Indenizatório -

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de R\$ 13.500,00, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei n. 6.194/74, *in verbis*:

“Art. 8º. Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;



MORAIS & AMORIM

Importa ressaltar que levando em consideração a grave lesão sofrida pelo autor – LESÃO NA MÃO (FRATURA EXPOSTA DE 5º QUIRODÁCTILO DA MÃO ESQUERDA), este deveria ter recebido da Seguradora ré o importe de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

Assim, incontroverso, uma vez que o autor teve seu pedido negado e nada recebeu da seguradora, o valor que deverá ser pago a título de indenização a parte autora no importe de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais) pela invalidez suportada em razão de acidente automobilístico.

- Do Interesse Processual-

O requerimento do Seguro Obrigatório DPVAT na seara administrativa não é condição obrigatória para se pleitear o aludido seguro na órbita judicial, encontrando-se a matéria expressamente prevista no texto constitucional.

O Supremo Tribunal Federal já tem entendimento pacificado quanto à desnecessidade do prévio requerimento administrativo. Entre tantos julgados neste sentido, é válido trazermos a baila o Recurso Extraordinário de número 172.084/MG, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, que assim decidiu: ***“A garantia constitucional alusiva ao acesso ao Judiciário engloba a entrega da prestação jurisdicional de forma completa, emitindo o Estado-juiz entendimento explícito sobre as matérias de defesa veiculada pelas partes. Nisto está a essência da norma inserta no inciso XXXV do art. 5 da Carta.”***

Ora, se a Constituição Federal, corroborada com o julgado do STF, inadmitiu a necessidade de prévio ingresso administrativo para apreciação posterior pelo judiciário, também não poderá fazê-lo o *judicium causae*, sob pena de grave ferimento ao texto Magno.



MORAIS & AMORIM

Certo é que a instância administrativa não encontra guarida no nosso ordenamento jurídico para gerar coisa julgada absoluta preterindo o processo judicial na resolução de conflitos. Menos ainda quando se trata de uma instância administrativa privada, como o são os processos das seguradoras que militam no ramo do seguro obrigatório.

Ora, a instância administrativa privada, como é o caso dos autos, é tão descabida quanto perguntar ao devedor quanto ele quer pagar.

Desta feita, o condicionamento do controle judicial a prévio procedimento administrativa afigura-se absolutamente inconstitucional, conforme as linhas expressas da Carta Magna.

III- DOS REQUERIMENTOS FINAIS:

Diante do exposto, requer-se de Vossa Excelência:

- a) A **CITAÇÃO** da empresa demandada, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar o feito, sob pena de revelia e confissão;
- b) Ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe, condenando a seguradora promovida a pagar ao promovente o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais) devidamente corrigidos da data do acidente em 31/08/2018, provenientes da debilidade permanente suportada em virtude do acidente de trânsito;
- c) A concessão dos benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**, tendo em vista que o autor é pobre nos termos da Lei nº 1.060/50, não possuindo condições de arcar



MORAIS & AMORIM

com as custas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

d) A oportunidade de provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, principalmente a prova documental, que segue acostada;

e) A condenação do requerido no pagamento dos honorários advocatícios na base de 20% do valor da condenação, em caso de eventual recurso;

f) Seja **DISPENSADA** a designação de audiência de conciliação, com fulcro no artigo 319, inciso VII, do Novo Código de Processo Civil;

g) Que seja designado perito judicial nos termos da resolução nº 03/2013, com o intuito da realização de avaliação médica especializada, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT ou, se esse não for o entendimento de Vossa Excelência, que remeta ofício ao Instituto Médico Legal da Capital para o mesmo fim.

Dá-se à causa o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

João Pessoa, 19 de fevereiro de 2020

Giullyana Flávia de Amorim

Advogada OAB/PB nº 13529

Enéas Flávio S. de Moraes Segundo

Advogado OAB/PB nº 14318



MORAIS & AMORIM ADVOGADOS

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE:

HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA, brasileiro, solteiro, vigi-
lante, de CPF nº 093.648.314-89, residente e domicili-
ado na Rua Dom Plodamiro Leão, 982, Jardim Europa Santa Rita/PB

OUTORGADOS: Giullyana Flávia de Amorim, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB sob o nº 13529, portadora do CPF/nº 011197984/69 e/ou **Enéas Flávio Soares de Moraes Segundo**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº 14318, portador do CPF/nº 05631026406, com endereço profissional na Av. João Machado, 553, sala 127, Empresarial Plaza Center, Centro, João Pessoa/PB, onde recebe intimações, podendo atuar em conjunto ou separadamente.

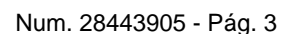
PODERES: O outorgante concede procuração geral para o foro, conforme o artigo 105 do NCPC, bem como os poderes da cláusula "ad judicium" e os poderes especiais para transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, dar quitação, receber, inclusive alvarás judiciais, perante qualquer instituição, inclusive financeiras, firmar compromisso, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, representar junto às instituições e repartições públicas federais, estaduais e municipais, autárquicas, sociedades de economia mista, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas em geral, podendo substabelecer, e, finalmente, praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

João Pessoa, 13 de agosto de 2019

Henrique de Oliveira Barbosa
Outorgante

Av. João Machado, 553 – Sala 127 – Empresarial Plaza Center – Centro – João Pessoa – PB.
Praça Venâncio Neiva, 21 – Centro – Santa Rita – PB.
Telefones: (83) 3032-1329/ (83) 3229-1074.





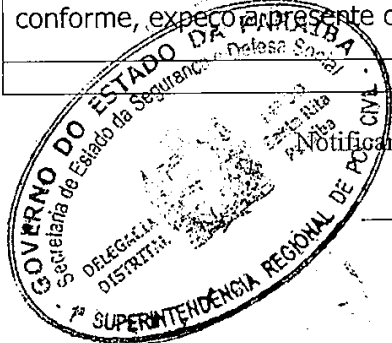
CERTIDÃO DE Ocorrência POLICIAL Nº 384/2019.

CERTIFICO, em razão de meu ofício e à requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o Registro de Ocorrências desta Delegacia, encontrei a Ocorrência Policial nº **384/2018**, cujo teor passo a transcrever na íntegra: Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezenove, nesta cidade de Santa Rita, Estado da Paraíba, e no Cartório desta Delegacia Distrital, onde se encontrava presente o Bel. Pedro Martins dos Santos, Delegado de Polícia Civil, comigo Escrivão de seu cargo, ao final assinado e declarado, por volta das 09h30min, compareceu:

Nome		Filiação	
HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA.		Severino Lindomar Ferreira Barbosa e de Idalice do Santos Oliveira.	
Nacionalidade	Naturalidade	Data de nascimento	Estado civil
Brasileira	João Pessoa/PB.	24/11/1990	Solteiro
Profissão	Identidade	CPF	Telefone
Vigilante	3764261/SEDS/PB.	093.648.314-89	(083) 9.8843-9719
Endereço			
Rua: Marcelino Barbosa nº 10, Bairro de Brasília, Bayeux/PB.			

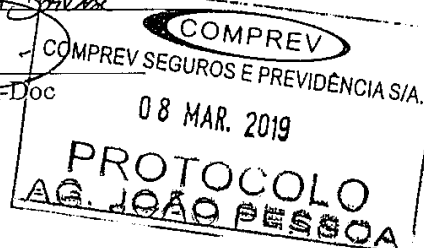
O QUAL VEIO A ESSA UNIDADE POLICIAL REGISTRAR QUE:

No dia trinta e um do mês de Agosto, do ano de dois mil e dezoito, na Av: Conde, desta cidade, por volta das 14h00minutos, quando conduzia a Motocicleta de marca HONDA/NXR 150 BROS, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO 2009/2010, DE COR VERMELHA, DE PLACA MOB9821/BAYEUX/PB, CHASSI Nº 9C2KDO52OAR008771, licenciada em nome de JHONATHAN SOARES DE SOUSA, próximo ao Bar conhecido por BAR DO BODE, ao passar por um buraco a Motocicleta veio a derrapar, vindo o notificante a cair ao solo onde teve fratura exposta de 5º quirodáctilo da mão esquerda, onde foi submetido a procedimento cirúrgico no dia 31/08/2018, no Complexo Hospitalar de Mangabeira, após ter sido levado inicialmente por terceiro para UPA, de Tibiri, desta cidade. Nada mais a constar, o declarante foi cientificado das implicações legais contidas no artigo 299 do CCP, depois de lido e achado conforme, expedido presente certidão.



Notificante:

Escrivão de Polícia Adm-Doc





CERTIDÃO

Nº. 0087/2019

Atendendo solicitação de GIULLYANA FLAVIO AMORIM e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha de Atendimento Ambulatorial nº 159351 e Prontuário nº 2018.08.004818 pertencentes a **HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA** requerente que foi atendido dia 31/08/2018 às 16H18min, vítima de queda de moto, apresentando trauma em mão esquerda.

Submetido à avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura exposta de 5º quirodáctilo da mão esquerda. Realizado procedimento cirúrgico dia 31/08/2018 com alta médica dia 02/09/2018.

E para constar eu, Rosângela Medeiros Escorel Almeida, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 29 de janeiro de 2019

Rosângela M. Escorel Almeida
Médica da Vigilância à Saúde
CRM-PB 3883

Médica da Vigilância à Saúde
CRM/PB 3883



UF: PE
MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCÍSIO BURITI
UNTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N
6-384 JOÃO PESSOA Fone: (83) 3214-1980

Ficha Nr: 159351 Atd: Nao Regu
Data: 31/08/2018
Hora: 16:18:26
Recepcionista: LENICE FLORENCIO DE
Clinica: ORTOPEDIA

AX: () CNPJ:

DADOS DO PACIENTE

Nome: HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA

CNS: 702408599786420 Sexo: M IDENTIDADE: 3764261 Fone: 988173641

Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 24/11/1990 Id: 27 ano(s)

End.: RUA DEPULTADO CLODOMIRO LEITE, 982

Bairro: TIBIRI II Cidade: SANTA RITA (UIRAUNA) UF: PB

Mae: IDALICE DO SANTOS OLIVEIRA

Pai: SEVERINO LINDOMAR FERREIRA BARBOSA

Raca: SEM INFORMACAO Etnia: SEM INFORMACAO

Ocupação: VIGILANTE SEM ESPECIFICACAO

INFORMACOES DE ENTRADA

Resp.: HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA

Tel/Doc. Responsavel: 988173641 / IDENTIDADE: 3764261

Procedencia: UNIDADE DE SAUDE UPA TIBIRI

Num. de vezes atendido: 1

Num. Prontuario: 2018.08.004818

Estado Civil: NAO INFORMADO

Transporte utilizado: AMBULANCIA

Vitima de acidente por: QUEDA DE MOTO HJ A TARDE NA RUA

Vitima de violencia por: ONDE MORA

[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco: AMARELO

PA: FR:

FC: TP:

Peso: Altura:

Glicemia: IMC:

Circ. Abd: O2%:

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[] Aparentemente Bem [] Grave
[] Politraumatizado [] Convulsao
[] Hemorragia [] Dispneia
[] Diarreia [] Agitado
[] Regular [] Chocado
[] Vomito
Observacao

Queixa Principal

CORTE E TRAUMA EM DEDO DA MAO ESQUERDA,
MOBILIDADE PREJUDICADA (UPA TIBIRI)

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Diagnostico

Conduta

Prescricao

Horario da medicacao

① Clonazepam 28 DC EV
② SATSACOL + M

COMPREV
COMPREV SEGUROS E PREVIDENCIA S/A
08 MAR. 2019
PROTUCULO
AG. JOAO PESSOA



Data e | PRESCRICAO (assinatura e carimbo)

ANOTACOES DA ENFERMAGEM

Qtde	Medicamentos	Dose	Horario	Evolucao

Reservado p/ liberacao

Assinatura da Enfermagem

PROCEDIMENTO REALIZADO

DESTINO DO PACIENTE

☐ Residencia ☐ Transferido ☐ Desistencia ☐ UTI
☐ Alta a pedido ☐ Enfermaria Obito: ☐ Atestado ☐ SVO ☐ IML

Assinatura do Paciente/Responsavel

Assinatura e Carimbo do Medico



TRANSFERÊNCIA HOSPITALAR

NOME: Henrique de Oliveira Souza IDADE: 11
DESTINO: Orto Trauma DATA E HORA DA ADMISSÃO: _____ ÀS _____ H
CONTATO PRÉVIO: Andrezzi DATA E HORA DA TRANSFERÊNCIA: _____ ÀS _____ H

HISTÓRIA CLÍNICA/EXAME CLÍNICO

PA: _____ FR: _____ FC: _____ TEMPERATURA: _____

Acidente motor com Trauma e
lesão importante em Sº quadrante do C

MEDICAÇÃO ADMINISTRADA/HORÁRIO

Dipirona
1. defenso

EXAMES REALIZADOS/RESULTADOS

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA - INDICAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA

Trauma nos
loco não contuso

OBSERVAÇÕES:

gral cirurg - ortoped

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO: _____

ASSINATURA E CARIMBO DO ENFERMEIRO: _____

UPA 24 horas, Santa Rita - PB.





RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome: <i>Henrique da Silva Brito</i>		Registro:	
Idade: <i>27</i>	Sexo: <i>Mas</i>	Cor:	Clinica:
Data: <i>31/8/18</i>	Cirurgião: <i>Dr. G. L. L.</i>	EMP:	LR:
2º Assistente:	3º Assistente:	1º Assistente: <i>Valdineia</i>	
Anestesista: <i>Fernando</i>	Tipo Anestesia: <i>Bloqueio</i>	Instrumentador:	
Horário: I:		T:	
DIAGNÓSTICO (S) PRÉ-OPERATÓRIO			
<i>Fx Exp da S ODC</i>			
CID			
DIAGNÓSTICO (S) PÓS-OPERATÓRIO			
<i>O mesmo</i>			
CID			
PROCEDIMENTO (S) CIRÚRGICO (S)			
<i>h. v. C + Delatamato</i>			
<i>+ Fixação percutânea</i>			
CÓDIGO			
Acidente durante Ato Cirúrgico		1 () Sim	
		2 () Não	
Biópsia de Congelação:		1 () Sim	
		2 () Não	
Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico:			
1 () Enfermaria		2 () Terapia Intensiva	
3 () Residência		4 () Óbito durante o Ato Cirúrgico	

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.





FICHA DE ADMISSÃO MÉDICA

Nome: Henrique de Oliveira Santos Data da Admissão: 27/08
Prontuário: _____ Idade: _____ Enfermaria: _____ Leito: _____
Nome da Mãe: _____
Endereço: _____ Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____ Fone: _____ Profissão: _____
Sexo: F () M () Cor: _____ Estado Civil: _____ Religião: _____
Escolaridade: _____ Data de Nascimento: ____/____/____
QPD: Fx de GDE aporte
HDA: História de trauma por queda de moto com Fx de GDE
Medicações em uso: _____
Interrogatório Sintomatológico:
Geral: ☐ Febre ☐ Astenia ☐ Anorexia ☐ Perda de Peso _____ Kg em _____ ☐ Prurido ☐ Sudorese
☐ Calafrios ☐ Alopecia ☐ Adenomegalias ☐ Icterícia ☐ Tonturas ☐ Outros: _____
Pele: _____
Cabeça e Pescoço: ☐ Cefaléia ☐ Espirros ☐ Rinorréia ☐ Obstrução Nasal ☐ Epistaxe
☐ Dor de Garganta ☐ Bócio ☐ Rouquidão ☐ Disfagia Audição: _____ Visão: _____
AR e ACV: ☐ Dor _____ ☐ Tosse ☐ Expectoração ☐ Hemoptise
☐ Dispnéia ☐ Palpitações ☐ Desmaio ☐ Cianose ☐ Edema _____ Outros: _____
ABD: ☐ Dor _____ ☐ Pirose ☐ Solução ☐ Regurgitação ☐ Hematêmese ☐ Náuseas
☐ Vômitos ☐ Dispepsia ☐ Diarréia ☐ Melena ☐ Enterorragia ☐ Constipação ☐ Aumento de volume
AGU: ☐ Disúria ☐ Incontinência ☐ Retenção ☐ Poliúria ☐ Oligúria ☐ Noctúria ☐ Hematúria
☐ Mal Cheiro ☐ Corrimento ☐ Outras: _____
SME: ☐ Dor _____ ☐ Rigidez pós-reposu _____ ☐ Deformidades
☐ Artralgia ☐ Calor ☐ Rubor ☐ Edema ☐ Crepitação ☐ Fraqueza ☐ Atrofia ☐ Espasmos
SN e PSQ: ☐ Insônia ☐ Sonolência ☐ Convulsões ☐ Motricidade e Sensibilidade _____
☐ Amnésia ☐ Libido ☐ Humor _____

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.



Antecedentes Pessoais e Hábitos:

Doenças Anteriores: _____
Alergias: _____ [] HTF
Cirurgias: _____
[] HAS [] DM [] TB [] HEP [] Dislipidemia [] Banho de Rios [] Casa de Taipa
[] Trauma [] Neo [] Tabagismo
[] Alcoolismo
Exercício Físico: _____ Alimentação: _____

Antecedentes Familiares:

HAS _____ DM _____ TB _____ NEO _____
Dislipidemias _____

Exame Físico:

Peso: _____ Kg Altura: _____ m IMC = _____ PA = _____ mmHg
FC = _____ FR = _____ TEMP(°C) = _____
Geral: _____
Cabeça e Pescoço (ORF e Otoscopia): _____
Gânglios: _____

Pele: _____

ACV: _____

AR: _____

ABD: _____

AGU: _____

SME: _____

SN: _____

Resultados de Exames Complementares: *Ex da mão E*

Hipóteses Diagnósticas: *Ex Exp de S RDE*

Conduta: *Ag Observe o hmt + Verificar*

Dr. Valdeban Carvalho Jr.
Médico
CRM-PE 7692

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB



DE JOAO PESSOA
MANGABEIRA GOV. TARCISIO BURITY
JOSE COSTA DUARTE S/N
SSOA Fone: (83) 3214-1980
CNPJ:

Ficha Nº: 159354 Atcu: Nao Regu
Data: 31/08/2018
Hora: 16:18:26
Recepcionista: LENICE FLORENCIO DE
Clinica: ORTOPEDIA

Num. de vezes atendido: 1
Num.º Prontuario: 2018.08.004818
HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA
08599786420 Sexo: M IDENTIDADE: 3764261 Fone: 988173641
JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 24/11/1990 Id: 27 ano(s)
RUA DEPUTADO CLODOMIRO LEITE, 982
TIBIRI II Cidade: SANTA RITA (UIRAUNA) UF: PB
Mae: IDALICE DO SANTOS OLIVEIRA Pai: SEVERINO LINDOMAR FERREIRA BARBOSA
Raca: SEM INFORMACAO Etnia: SEM INFORMACAO
Ocupação: VIGILANTE SEM ESPECIFICACAO Estado Civil: NAO INFORMADO
INFORMACOES DE ENTRADA Escolaridade:
Resp.: HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA
Tel/Doc. Responsavel: 988173641 / IDENTIDADE: 3764261
Procedencia: UNIDADE DE SAUDE UPA TIBIRI

Transporte utilizado: AMBULANCIA
Vitima de acidente por: QUEDA DE MOTO HJ A TARDE NA RUA
Vitima de violência por: ONDE MORA
[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco: AMARELO

PA: FR:
FC: TP:
Peso: Altura:
Glicemia: IMC:
Circ. Abd: O2%:

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[] Aparentemente Bem [] Grave
[] Politraumatizado [] Convulsao
[] Hemorragia [] Dispneia
[] Diarreia [] Agitado
[] Regular [] Chocado
[] Vomito

Observacao

Queixa Principal

CORTE E TRAUMA EM DEDO DA MAO ESQUERDA,
MOBILIDADE PREJUDICADA (UPA TIBIRI)

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Diagnóstico

Conduta

Prescrição

Horario da medicacao

① Clonazepam 28 DU EV
② SATSACOL + M.





Henrique
já solicitado.



Complexo Hospitalar
MANGABEIRA
GOVERNADOR TARCÍSIO BURIY



LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

NOME HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA				PRONTUÁRIO Nº	
IDADE 27 ANOS	SEXO MAS	COR	CLÍNICA Ortopedia	ENF.	LEITO:
DATA DE ADMISSÃO 31/08/2018		DATA DE ALTA :02/09/2018		TEMPO DE PERMANÊNCIA:	
DIAGNÓSTICO INICIAL Fratura exposta do 5º quirodáctilo esquerdo				CID S62	
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO O mesmo					
OUTROS DIAGNÓSTICOS					
PRINCIPAIS EXAMES Rx da Mão demonstrando solução de continuidade óssea + EXAME FÍSICO					
TERAPÊUTICA MEDICAMENTOSA					
ANATOMIA PATOLÓGICA					
INFECÇÃO DE F.O. () SIM (X) NÃO			COLETA DE MATERIAL () SIM () NÃO		
RESULTADO BACTERIOLOGIA					
CONDIÇÕES DE ALTA (X) MELHORADO () REMOVIDO () A PARTIR () CURADO ()					
ÓBITO					

RESUMO CLÍNICO (HISTÓRIA, EVOLUÇÃO, TERAPÊUTICA, COMPLICAÇÕES)

Paciente portador(a) Fratura exposta do 5º quirodáctilo esquerdo, foi submetido(a) a tratamento cirúrgico através de redução cruenta + fixação interna com fios de Kirschner. Recebe alta em boas condições clínicas e orientações com relação ao uso de medicação antibiótica e analgésica. Retornará ao ambulatório deste serviço para continuidade de tratamento e orientações.

ORIENTAÇÕES DE ALTA

DIETA: Livre ou conforme já realizada pelo(a) paciente se diabético, hipertenso, renal crônico, etc...

REPOUSO: Relativo em casa por 15 dias.

Retorno às atividades sem esforço físico em 30 dias.

Retorno às atividades com esforço físico leve em 60 dias e com esforço maior em 90 dias.

CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA:

Lavá-la com água e sabão duas vezes ao dia. Não colocar produtos tópicos no lugar. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.

MEDICAÇÕES PARA CASA: PROFENID, CIPROFLOXACINA

RETORNO: Ao posto de saúde em 7 dias.

Ao ambulatório do Complexo Hospitalar Mangabeira em 7 dias para revisão. DR. GUTEMBERG

Eduardo Paz Lysa
Médico
CRM-PR 11487

02/09/2018

DATA

ASS. MÉDICO / C.R.M.

Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, PREVIDÊNCIA, etc.





(/)



Buscar no site

A
COMPANHIASEGURO
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-
Atendimento)CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICASSALA DE
IMPrensaTRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3190207743 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA

COBERTURA Invalidez




PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA

CPF/CNPJ: 09364831489

Posição em 19-07-2019 10:26:03

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, conforme carta enviada para o beneficiário.

Histórico das correspondências enviadas		
Data da Carta	Referência	Ver Carta
30/03/2019	Negativa Técnica - Sem sequelas	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/dxGkEMBJZ__OjIJK__oS__b api_key=ojQ3WIRpxnEXqB6Kfd3Bd8S+3hyKvB3y3d7zoidvh3w=)
23/03/2019	Exigência Documental	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/BSUHhgoDYTxGr+ujPo6lu api_key=ojQ3WIRpxnEXqB6Kfd3Bd8S+3hyKvB3y3d7zoidvh3w=)
23/03/2019	Aviso de Sinistro	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/teDmXh4g6SUVajkem9Fqt api_key=ojQ3WIRpxnEXqB6Kfd3Bd8S+3hyKvB3y3d7zoidvh3w=)

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



(https://itunes.apple.com/us/app/seguero-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8)



(https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital)



ACESSIBILIDADE



 (/Pages/Acessibilidade.aspx)  (/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A C

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO



Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

[Documentos Morte \(/Pages/Documentacao-Morte.aspx\)](/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO



Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO



[Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. \(/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx\)](#)

(<https://www.seguradoralider.com.br>)

(https://httpd.apache.org/docs/2.0/mod/httpd_official/) %C3%ADder-dpovt)

Serviços

- › Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)
- › Consulta a Pagamentos (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)
- › Saiba Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
- › Pontos de Atendimento (/Pontos-de-Atendimento)
- › Como Pedir Indenização (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)

Dúvidas e Respostas

- » [A Seguradora Líder-DPVAT \(/Pages/Quem-Somos.aspx\)](#)
- » [Sobre o Seguro DPVAT \(/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx\)](#)
- » [Informações Gerais \(/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx\)](#)
- » [Dicas Indispensáveis \(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx\)](#)
- » [Dicionário do Seguro DPVAT \(/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT\)](#)
- » [Perguntas Frequentes \(/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes\)](#)

Atendimento

- › Chat - Atendimento On-line (/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
- › Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
- › Telefones de Contato (/Contato/telefonos-de-contato)
- › Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)

www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx?qclid=Cj0KCQjw1MXpBRDjARIsAHtdN-0Bp0NeLLWkp... 2/3



Assinado eletronicamente por: GIULLYANA FLÁVIA DE AMORIM - 19/02/2020 15:16:00
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021915155838300000027426420>
 Número do documento: 20021915155838300000027426420

19/07/2019

Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo

- › Canal de Denúncias (/Contato/canal-de-Denuncias)
- › Mapa do Site (/Mapa-do-Site)
- › Consumidor.gov (<https://www.consumidor.gov.br/pages/principal/?1556814921288>)

[Termos de uso e política de privacidade \(/Pages/Termos-de-Uso.aspx\)](#)



Vistos, etc.

Considerando a impossibilidade de audiência na mediação por falta de perícia passo a decidir:

Nos termos do **Convênio n. 015/2014** celebrado entre o Tribunal de Justiça e a Mafre Seguros Gerais S/A, **determino a designação de audiência de conciliação entre as partes com a realização de perícia** a cargo da Seguradora, neste Juízo e Fórum Cível de João Pessoa.

Para tanto, determino a escrivania a nomeação perito judicial constante dos quadrados do Tribunal de Justiça, nos termos da Cláusula primeira, item 1.2, que deverá ser intimado para comparecer a audiência e realização da perícia, ficando facultado às partes a indicação de assistentes de perito, nos termos do Convênio.

O valor da perícia será de R\$ 200,00 (duzentos reais), a ser pago pela Seguradora, no prazo de 15 dias, a partir da intimação e antes da audiência.

Consigne-se que o não comparecimento injustificado das partes à audiência de conciliação é considerando ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revestida em favor da União ou Estado, nos moldes do art. 334, § 8º, do NCPC.

P. e Intimem-se as partes, devendo o Advogado do autor comparecer acompanhado de seu constituinte.

João Pessoa, 20 de fevereiro de 2020

Juiz de Direito





Poder Judiciário da Paraíba

7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

**0811259-78.2020.8.15.2001 [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

ATO ORDINATÓRIO

De acordo com o art.93 inciso XIV¹, da Constituição Federal,e nos termos do art. 152 inciso VI,§1º do CPC² , bem assim o art. 203 § 4º do CPC³ , que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, c/c o provimento CGJ nº 04/2014, publicado em 01/08/2014, e da portaria 01/2015 da 7ª Vara Cível, procedo com:

Intimo a Perita ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA, CRM PB 4183, para realizar as Perícias.

Intimo a parte autora através do seu o advogado para comparecer a perícia médica no dia 23/ 04/ 2020, a partir das 15:00 horas, no endereço *Rua Sílvia Almeida, nº 725 Expedicionários* (Ponto Cardio), Fone: 83-3225.4090,devendo apresentar-se **portando documento pessoal com foto, copiasdo boletim de ocorrência policial e doatendimento médico inicial, no dia da perícia.**

Intimo a seguradora para no termo do convênio nº 015/2014, fazer o depósito no valor da perícia que será de R\$ 200,00 (duzentos reais), no prazo de 15 dias, a partir da intimação.

João Pessoa-PB, em 2 de março de 2020

MARIA JANDIRA UGULINO NETA

Analista/Técnico Judiciário



¹ Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

XIV os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

² Art. 152. Incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria: VI - praticar, de ofício, os atos meramente ordinatórios. § 1º O juiz titular editará ato a fim de regulamentar a atribuição prevista no inciso VI.

³ Art. 203. Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos. § 4º Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário





Poder Judiciário da Paraíba

7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

**0811259-78.2020.8.15.2001 [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

ATO ORDINATÓRIO

De acordo com o art.93 inciso XIV¹, da Constituição Federal,e nos termos do art. 152 inciso VI,§1º do CPC² , bem assim o art. 203 § 4º do CPC³ , que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, c/c o provimento CGJ nº 04/2014, publicado em 01/08/2014, e da portaria 01/2015 da 7ª Vara Cível, procedo com:

Intimo a Perita ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA, CRM PB 4183, para realizar as Perícias.

Intimo a parte autora através do seu o advogado para comparecer a perícia médica no dia 23/04/ 2020, a partir das 15:00 horas, no endereço *Rua Sílvia Almeida, nº 725 Expedicionários* (Ponto Cardio), Fone: 83-3225.4090,devendo apresentar-se **portando documento pessoal com foto, copiasdo boletim de ocorrência policial e doatendimento médico inicial, no dia da perícia.**

Intimo a seguradora para no termo do convênio nº 015/2014, fazer o depósito no valor da perícia que será de R\$ 200,00 (duzentos reais), no prazo de 15 dias, a partir da intimação.

João Pessoa-PB, em 2 de março de 2020

MARIA JANDIRA UGULINO NETA

Analista/Técnico Judiciário



¹ Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

XIV os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

² Art. 152. Incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria: VI - praticar, de ofício, os atos meramente ordinatórios. § 1º O juiz titular editará ato a fim de regulamentar a atribuição prevista no inciso VI.

³ Art. 203. Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos. § 4º Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário

